

ENTRELAÇANDO PERSPECTIVAS AFROFUTURISTAS NO COMBATE AO RACISMO CONTRA INDÍGENAS POR MEIO DE UMA METODOLOGIA ATIVA

Rosaine Raelle de Oliveira Maia¹
Helena do Socorro Campos da Rocha²

RESUMO

O trabalho trata da construção de um produto educacional, que foi desenvolvido como trabalho final na Especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais ofertada pelo IFPA campus Belém. O produto consiste em um jogo de tabuleiro contendo vinte casas e vinte cartas, sendo dez com perguntas e dez com respostas, além de um dado de plástico e dois pinos. Foi realizado um teste para avaliar a aplicabilidade do produto e após isto aprimoramos a qualidade dos materiais e o *layout* do tabuleiro. Para a elaboração da pesquisa nos afinamos com a revisão de literatura baseada no trabalho de Ernesto (2019) sobre o Afrofuturismo, Pacheco (2012) com o Afroindigenismo e Vaz e Rocha (2021) e Rocha (2019) no que tange à metodologia. O objetivo do trabalho é investigar como o afrofuturismo potencializa o combate ao racismo contra indígenas em sala de aula, partindo da hipótese que é possível trabalhar perspectivas afrofuturistas e a questão indígena no combate ao racismo a partir de um produto educacional, buscando contribuir para a transposição didática antirracista dos saberes indígenas na perspectiva afrofuturista, trabalhando a diversidade etnicorracial indígena em sala de aula e o trato com a diferença com uma abordagem decolonial. A pesquisa foi satisfatória na medida em que alcançou os objetivos propostos levando questionamentos, inquietações e desconstruções da história eurocêntrica, proporcionando o protagonismo dos alunos quando estes puderam criar novos imaginários, partindo de sua realidade, sobre a diversidade e conectar isto com perspectivas afrofuturísticas como tecnologia e futuro possível. Desse modo, a transversalidade no trato com a diferença é um elo que conecta diferentes olhares e conceitos, trabalhando a desconstrução de estereótipos, mostrando, pluralidade étnica e a diversidade.

Palavras-chave: Afrofuturismo, Indigenismo, Educação, Racismo, Metodologia ativa, CartoDiversidade.

INTERTWINING AFROFUTURISTIC PERSPECTIVES IN COMBATING RACISM AGAINST INDIGENOUS PEOPLE THROUGH AN ACTIVE METHODOLOGY

ABSTRACT

This paper deals with the construction of an educational product, which was developed as the final project for the Specialization in Education for Ethnic-Racial Relations offered by IFPA campus Belém. The educational product was designed in the format of a board containing twenty squares and twenty cards, ten with questions and ten with answers, in addition to a plastic die and two pegs. A test was carried out to evaluate the applicability of the product and after this we improved the quality of the materials and the layout of the board. To prepare the research, we aligned ourselves with the literature review based on the work of Ernesto (2019) on Afrofuturism, Pacheco (2012) on Afroindigenism and Vaz and Rocha (2021) and Rocha (2019) regarding methodology. The objective of the paper is to investigate how Afrofuturism enhances the fight against racism against indigenous people in the classroom, using an educational product in the format of a board game aimed at third-year high school students. We start from the hypothesis that it is possible to work on Afrofuturist perspectives and the indigenous issue in the fight against racism from an educational product, seeking to contribute to the anti-racist didactic transposition of indigenous knowledge from the Afrofuturist perspective, working on indigenous ethno-racial diversity in the classroom and contributing to dealing with difference from a decolonial point of view. The research was satisfactory in that it achieved the proposed objectives by raising questions, concerns and deconstructions about the point of view of Eurocentric history, providing the students with protagonism when they were able to create a narrative based on their reality, connecting this with Afrofuturist perspectives such as technology, possible future and empowerment. In this way, transversality in dealing with difference is a link that connects these different perspectives and concepts, working on the deconstruction of the colonizer's discourse and breaking the Eurocentric point of view, showing ethnic plurality and diversity beyond the colonizer's discourse.

Keywords: Afrofuturism, Indigenism, Education, Racism, Active methodology, CartoDiversidade.

¹ Museóloga; Historiadora. Discente do curso de especialização em ERER no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA campus Belém. E-mail: rosainemaia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7435-3293>.

² Pedagoga. Mestre em Ensino. Doutora em Educação em Ciências e Matemáticas. Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA campus Belém. E-mail: rochah23@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9395-6276>

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de inquietações sobre o racismo cometido nas redes sociais contra indígenas de diferentes etnias. O fato de existirem legislações vigentes não assegura a liberdade que existe na mente de pessoas que tem convicções e estereótipos incrustados que são externados diariamente em comentários, vídeos e até ameaças contra uma população que luta por seus direitos e mostra seu cotidiano. Isso tudo é motivo para que possamos somar nessa luta ancestral e contribuir para que a nova geração tenha respeito pelas diferenças e reconheça o legado que possuímos em nosso presente oriundo de uma cultura ancestral.

No decorrer da disciplina “Transposição didática para a diversidade étnico-racial na sala de aula” que foi ministrada pela professora Helena Rocha, foi possível perceber uma metodologia incrível no trato com a diversidade étnico-racial, a Cartodiversidade, e também ter o primeiro contato com o movimento afrofuturista. Partindo disso buscou-se investigar como o afrofuturismo potencializa o combate ao racismo contra indígenas por meio de metodologias ativas e posteriormente construiu-se um produto educacional voltado para a questão indígena, objetivando contribuir para a transposição didática antirracista dos saberes indígenas na perspectiva afrofuturista e contribuir na melhoria do processo de ensino e aprendizagem sobre os saberes e conhecimentos indígenas na perspectiva decolonial na disciplina História.

Através da metodologia CartoDiversidade³ materializada em uma tecnologia educacional didática desenvolvida pela professora Helena Rocha, foi possível notar e vislumbrar a importância criativa e singular para o trato com a diferença em sala de aula. E também foi importante perceber como um trabalho lúdico pode potencializar ainda mais o conhecimento sobre etnias e a diversidade através de perspectivas afrofuturistas.

Desse modo, imergimos dentro do movimento afrofuturista para obter conhecimentos sobre seus diferentes contextos e autores, com a intenção de somar com as lutas e propor uma nova perspectiva de pensamento através de um trabalho que cruze perspectivas do afrofuturismo adaptadas com o indigenismo na Amazônia marajoara, utilizando como apoio a metodologia CartoDiversidade. Vale ressaltar que em nenhum momento pretendemos excluir, desrespeitar ou diminuir as lutas do afrofuturismo na construção de seu espaço, conceito, metodologias e lugares de fala, e sim, somar para ampliar esse movimento pulsante que ocupa múltiplos espaços.

E dito isto, espera-se que a transversalidade entre afrofuturismo e cultura indígena possa contribuir para novos olhares, pesquisas e união de forças no combate do racismo contra indígenas, buscando meios para tornar o ensino no espaço escolar didático, prazeroso, diverso e trazer cada vez mais a desconstrução do discurso do colonizador e quebra do ponto de vista eurocêntrico sobre os indígenas, mostrando a pluralidade étnica e a diversidade para além da branquitude.

³ Esta consiste em uma metodologia ativa para o trato da Diversidade Etnicorracial em sala de aula, que foi desenvolvida pela professora Helena Rocha e apresentada em sua dissertação de mestrado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos tópicos a seguir vamos apresentar as categorias centrais que nortearam a pesquisa, detalhando os conceitos e os autores que nos foram essenciais na composição de nossos objetivos e concretização do produto educacional. Foi realizado um levantamento de pesquisas que seguissem a mesma linha de pensamento ou que fossem similares no que tangem as principais categorias que vamos detalhar posteriormente: Afrofuturismo e Indigenismo; Produto educacional afrofuturista voltado para a questão indígena; Decolonismo voltado para o indigenismo.

O percurso começa pelo Afrofuturismo e Afroindigenismo para esclarecer o entrelaçamento de perspectivas indígenas, africanas e afrofuturismo na pesquisa. Escolhemos esse caminho porque os campos somam nas lutas contra um sistema opressor e resistem por séculos através da ancestralidade, oralidade e vestígios materiais. E no que diz respeito a Amazônia esse entrelaçamento é gritante e perpassa por gerações, como coloca os trabalhos de Pacheco (2012; 2017).

No seguinte tópico, Produto educacional afrofuturista (cultura indígena), realizamos um levantamento de pesquisas que abordassem produtos educacionais voltados para a cultura indígena e nos afinamos com Costa *et al* (2014) e Araújo (2024); que trazem uma abordagem interdisciplinar no trato com a diferença.

E por fim, temos a categoria Decolonismo voltado para o indigenismo onde apontamos que desconstruir a visão do colonizador e trazer um discurso não centralizado na branquitude é fundamental para a luta antirracista. Para isto nos ligamos com autores como Souza; Rodrigues (2023); Ernesto (2020) e Mignolo (2010).

O que se pretende neste trabalho é investigar como o afrofuturismo potencializa o combate ao racismo contra indígenas por meio de uma metodologia ativa e para isso pretende-se emergir no campo do saber afrofuturista somando forças em uma luta antirracista, levando em consideração o movimento do afroindigenismo na Amazônia e uma perspectiva decolonial do saber historiográfico. Para assim, contribuir com a diversidade e fluir nos caminhos da ancestralidade indígena, concretizando essas aspirações na criação de um produto educacional.

Afrofuturismo e afroindigenismo

A pesquisa busca fazer conexões com o afrofuturismo e o afroindigenismo, principalmente com o movimento afrofuturista através de suas lutas travadas contra um sistema opressor e nas conquistas de espaços antes ocupados apenas pela visão dos brancos colonizadores, como é o caso da educação brasileira que hoje incluiu a participação do negro na história política, econômica e social (Dias, 2020, p. 37).

O que se conquistou hoje dentro do movimento negro e das frentes ativistas indígenas são frutos da reivindicação de perdas de direitos e territórios tomados por poderes de extermínio. O Afrofuturismo é um exemplo de movimento que surgiu como forma de reivindicar identidades, mostrar vozes e conectar-se com o passado em busca do poder ancestral, como nos coloca a escritora Luciene Ernesto (2019), conhecida como Lu Ain-Zaila: “E ser um afrofuturista muda tudo, pois o passado é muito maior e mais extenso, servindo para explicar e elucidar o presente, possibilitando assim que desenhemos um futuro no qual nos reconheçamos sujeitos de nossas vozes e defensores deste poder”(Ernesto, 2019, p.3).

Esta autora é pioneira dentro deste movimento no Brasil, nos trazendo e mostrando que o protagonismo negro é essencial para o empoderamento e futuro possível, e tem seu lugar de fala diante da marginalização construída pela branquitude. Este modo de pensar a história numa perspectiva afrocêntrica, onde o protagonismo negro flui sendo sujeito de sua história, rompe com barreiras e amplia ideias que foram silenciadas. De acordo com Nathaly Dias (2020):

No Brasil, por muito tempo, elegeu-se “heróis nacionais” como principais figuras no enredo histórico do País, deixando de lado a contribuição de outros grupos que não aquele reconhecidamente branco-europeu. Consequentemente, o ensino da História reforçou as ideologias raciais colaborando para o não-pertencimento da população negra, tendo em vista o embranquecimento epistêmico e cultural (Dias, 2020, p. 39).

Na área da educação dentro da perspectiva afrofuturista, podemos vislumbrar os trabalhos da professora Helena Rocha, sendo um pilar inicial desta pesquisa com a metodologia ativa Cartodiversidade, apresentada por ela em sua dissertação de mestrado, como sendo “Uma metodologia ativa que promove o empoderamento de forma criativa e inovadora no trato com a diversidade etnicorracial através da produção de materiais didáticos afrofuturistas” (Rocha, 2020, p. 21).

Outro ponto norteador dentro das pesquisas da professora são as quatro características afrofuturistas: ancestralidade, tecnologia, autonomia e futuro possível (Rocha; Vaz, 2021, p.1051). As quais, podemos trabalhar com espelhamento dentro da questão indígena, pois, assemelham-se em muitos aspectos. De acordo com Rocha e Vaz (2021):

O afrofuturismo aplicado à Educação é uma potência, uma força motriz, que através da narrativa, pode revelar o passado invisibilizado e subalternizado pelo colonizador, elevar a imaginação para além das convenções pré-estabelecidas da realidade, questionar o presente e criar outros parâmetros de expectativa para pessoas negras e pode utilizar o espaço educacional através de metodologias ativas em que o aluno seja protagonista (Rocha; Vaz 2021, p.1041).

Trabalhar a diversidade em sala de aula é essencial no combate ao racismo e buscar novas formas e possibilidades de fazer com que isto seja possível torna o processo de ensino-aprendizado prazeroso e didático. A literatura no ensino tem se diversificado conforme a formação de professores inclui nas grades curriculares dos cursos superiores novas disciplinas, mas, cabe lembrar que é difícil desconstruir séculos de uma historiografia que contou uma narrativa do ponto de vista do colonizador, colocando o negro e o indígena como coadjuvantes da história.

Pensar nas misturas, trocas de saberes e desenvolvimento de tecnologias entre africanos e indígenas na Amazônia é mostrar a resistência de povos que coexistiram em um momento dominado pelo colonizador. O conceito de Afroindigenismo, trabalhado em pesquisas do professor Agenor Sarraf, docente da Universidade Federal do Pará, nos mostra a imensidão de contatos dentro da ilha do Marajó:

As mesclas interétnicas no cenário da Amazônia Marajoara,¹ entre índios e negros,² e a composição identitária oriunda desses encontros, bem como suas trocas e empréstimos culturais em torno de cosmologias, expressões de seus modos de vida praticados e compartilhados em ambientes de campos e florestas, agenciaram significados de lutas culturais estabelecidas astuciosamente contra a dominação de suas artes, corpos e pensares por grupos no poder no contexto colonial (Pacheco, 2012, p. 198).

E estas trocas étnicas se refletem na alimentação, como a maniçoba⁴, conhecimentos espirituais de benzedadeiras⁵ e cachimbos. Tais manifestações exalam poder e por isto muitas vezes são marginalizadas, e por outras enaltecidas quando colocadas como produto lucrativo nas mãos da branquitude em rotas turísticas que nada valorizam os saberes ancestrais ou ainda em pratos refinados que excluem a narrativa que circunda a origem de tal alimento.

O futuro que as resistências negras e indígenas lutaram e tentam construir não pode ser esquecido por uma escrita colonizadora que toma o currículo escolar e mentes de uma geração,

⁴ Alimento que tem como base folhas de mandioca cozidas, temperos e carnes de diferentes tipologias.

⁵ Pessoa que é destinada a curar com ervas, por meio de orações ou rezas uma enfermidade.

ou ainda, por uma branquitude que afana uma história em troca de lucros maiores e uma mídia que escancara o racismo, mascara a intolerância e deixa impune os discursos de ódio nas redes sociais.

Podemos trabalhar em sala de aula a desconstrução do discurso colonizador através de materiais didáticos que tomam força para se concretizarem com as legislações vigentes, como a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. O protagonismo negro do movimento afrofuturista movimenta a quebra de um sistema que oprime minorias, amplia horizontes e mostra o poder das narrativas ancestrais na formação de discursos que mexem com a realidade, possibilitando múltiplas abordagens.

E este aspecto múltiplo é possível de ser entrelaçado dentro da questão indígena com as principais características afrofuturistas, onde com a ancestralidade buscar no passado ligação com o que temos no presente nos mostrando um futuro possível através da construção de um produto educacional inédito que pretende motivar os alunos colocando-os dentro da narrativa do recurso como protagonistas que movem cada peça e podem ter autonomia no processo de aprendizagem, o que poderá suscitar desafios na resolução das perguntas e construir pontes para um futuro possível (Rocha; Vaz, 2021).

Assim, construir um produto educacional que possibilite o combate do racismo contra indígenas juntamente com as perspectivas afrofuturistas configura-se em um potente instrumento em sala de aula, levando em consideração que um movimento de resistência inspira diferentes lutas e conecta saberes ancestrais.

Produto educacional: cultura indígena ligada ao afrofuturismo na luta antirracista

Este tópico tem como finalidade apresentar o percurso conceitual que percorremos para chegar até um produto educacional antirracista que vise combater preconceitos contra indígenas, para isto, é válido lembrar que consideramos o conceito de produto educacional tal como é posto por Farias e Mendonça (2019) sendo “Um resultado tangível de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, podendo ser realizado de forma individual (discente ou docente *Stricto Sensu*) ou em grupo (caso do Lato Sensu, PIBID, Residência Pedagógica, PIBIC e outros) (Farias; Mendonça, 2019, p. 8).

Para pensarmos a cultura indígena e os saberes africanos e afrobrasileiros nos debruçamos no cruzamento de caminhos entre indígenas e africanos na região amazônica, o que nos levou ao conceito de afroindigenismo trabalhado pelo professor Agenor Sarraf em suas pesquisas, o qual aponta um universo multifacetado que chama atenção para as “Experiências de homens e mulheres de matrizes indígenas e africanas que se esparramaram, apropriaram-se, ressignificaram e compartilharam afeto e táticas para driblar a colonialidade de seus corpos, cosmovisões e sentidos” (Pacheco, 2021, p. 01).

Também buscamos na interdisciplinaridade apoio teórico para construir o produto educacional, como exemplo temos a pesquisa de Costa et al (2014) intitulada “A Educação Matemática no Contexto da Etnomatemática Indígena Xavante: um jogo de probabilidade condicional”, que trata-se de um jogo de perguntas e respostas proposto para complementar o ensino e aprendizado de matemática de alunos do sétimo ano utilizando os conhecimentos matemáticos da etnia Xavante com as questões do conteúdo de probabilidade em matemática do ensino regular básico.

Outra pesquisa analisada foi a de Araújo (2024) intitulada “Estudo intercultural em uma perspectiva na educação em ciência/química: cultura indígena no contexto amazônico”. Este trabalho busca “explorar e correlacionar a cultura indígena no contexto amazônico com o ensino de ciência e química no ensino médio, promovendo a integração equitativa do conhecimento tradicional indígena e da ciência ocidental” (p. 111). A autora mostra o uso de

diferentes atividades dinâmicas como jogos: De onde é o doce, Memória geográfica, Cubos de histórias e Animações de festividades.

Outro trabalho consultado foi um dos livros da coleção do Programa Jogos de Tabuleiro, da prefeitura de São Paulo, em específico o volume “O jogo da onça”. Este volume foi resultado de ações realizadas nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, como recurso pedagógico a partir da ludicidade. O jogo da onça foi desenvolvido em 2016 e implementado em 2019, partindo de pesquisas que apontaram que diferentes etnias indígenas trabalham o mesmo jogo de formas diferenciadas, mas com o mesmo sentido principal: capturar ou encurralar a onça pintada no tabuleiro. Na versão desenvolvida pelo programa da prefeitura foi consultada uma etnia para intercâmbios culturais e adaptações, e essa versão conta com diferentes variações de tabuleiros que vai desde o pequeno até o grande que utiliza as crianças como peças participantes.

Através destas leituras podemos nos debruçar na interdisciplinaridade entre a disciplina de história e as demais que pudesse se conectar com o produto educacional aqui pensado. A diversidade indígena é plural e única em cada nação, pensar na região amazônica nos levou a inúmeras etnias, porém o recorte escolhido foi a ilha do Marajó. E pensando na conexão com a sala de aula escolhemos trabalhar o passado no presente através da cultura material encontrada em escavações arqueológicas e depositada em uma instituição museológica. E assim, outra disciplina que tem a possibilidade de utilizar este produto educacional é a de Estudos Amazônicos, voltada e desenvolvida para a rede de ensino público do estado do Pará através da Secretaria de Educação do Estado do Pará.

Tais questionamentos nos levam a refletir sobre o uso de metodologias ativas tanto no trato com a diferença quanto na importância de tornar o ambiente escolar interessante e didático para uma melhor assimilação de conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, um produto educacional com perspectivas afrofuturistas se faz necessário para enriquecer o conhecimento, estimular a permanência e o interesse dos alunos, assim como, trabalhar a diversidade que temos em nosso país.

A transversalidade no trato com a diferença é um elo que conecta diferentes olhares e conceitos. E a construção de um produto educacional com elementos antirracistas na perspectiva afrofuturista para o trato com saberes indígenas se torna possível partindo dessa idealização. As obras afrofuturistas inspiram a percepção de elementos culturais, a conexão com outros saberes e tem lutas em comum com a cultura indígena brasileira, o apagamento da história de negros e indígenas dentro da nossa sociedade é um exemplo, e podemos desconstruir isto dentro do ambiente escolar conectando a coletividade de conceitos e movimentos.

Perceber as subjetividades dos alunos e mudar os pensamentos através da educação é um trabalho a longo prazo, de acordo com Luciene Ernesto (2020):

É importante perceber que não aprendemos a hegemonia eurocêntrica de um dia para o outro, mas na escola, nas relações sociais, na mídia, nos livros, enfim, através de um projeto sistêmico de apagamentos dos não brancos. Logo, a reversão está em se desnudar dessas vestes sociais e se comprometer com outras mais fiéis e sustentáveis num projeto real de humanidade (Ernesto, 2020, p. 02).

Os dados estatísticos de pesquisas nos apontam que ainda é necessário trabalhar o interesse dos alunos por diferentes questões envolvendo o conteúdo ministrado em sala de aula, e um produto educacional antirracista é um veículo que potencializa o interesse dos alunos e pode minimizar a evasão escolar, principalmente quando envolvemos a ancestralidade que está próxima na cultura material e mexemos na identidade que o ocidente construiu afastando os traços, saberes, cultura e tecnologias de uma sociedade que foi importante e deixou uma herança que foi apagada da história.

E para abordar tais questões é interessante trabalhar conteúdos sob o ponto de vista decolonial, mostrando faces que o colonizador escondeu, subalternizou e excluiu da história. Nas leituras dos trabalhos da autora Luciene Ernesto, citada acima, percebemos a importância

de desconstruir o discurso do colonizador dentro do movimento negro. E nos inspirando em seu poder de fala e valorização da ancestralidade, buscamos tratar a decolonialidade como essencial dentro da cultura indígena.

Decolonialismo voltado para o indigenismo

Entendemos a decolonialidade como um conceito que deriva da colonialidade imposta de forma exploratória. De acordo com Candau (2010) “decolonialidade é visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas.” (p. 24). Desse modo, tratar de decolonialidade nos remete a colonialidade do poder, colocada por Walter Mignolo (2008) como constituinte de dominação da economia, autoridade, gênero e sexualidade, conhecimento e subjetividade; traços estes presentes desde a construção do discursos religiosos do século XVI até a contemporaneidade (Mignolo, 2008, p. 243).

A construção da literatura brasileira debruçou-se sob o olhar do colonizador e com uma perspectiva eurocêntrica. Com isso, inúmeras obras literárias foram construídas e serviram de modelo do que é ser brasileiro e de como a sociedade foi formada, como exemplo temos Casa grande e senzala de Gilberto Freyre e Iracema de José de Alencar. Esta literatura por muito tempo moldou o sentido e construiu o entendimento das famílias ditas tradicionais, marcando preconceitos e estereótipos sobre indígenas e negros que refletem na atualidade.

A luta para alcançar direitos e um lugar de fala na sociedade ocorre há muito tempo, tanto pela comunidade negra quanto indígena como nos aponta Souza; Rodrigues (2023):

Foram anos de luta por participação, pelo direito a seus territórios, pela manutenção e estudo de sua língua e cultura. Luta esta que está longe de terminar, como se vê pelos fortes ataques que ainda sofrem de governantes, grileiros, garimpeiros, religiosos, etc. Apesar de sempre lutarem ao longo da história, as reivindicações do movimento indígena ganharam ênfase a partir da década de 1970. Tomaram fôlego com a discussão na Assembleia Constituinte para a futura Constituição Federal de 1988, na qual os anseios dos diferentes grupos que compunham a sociedade brasileira foram debatidos nos grupos e nas plenárias de representação (Souza; Rodrigues, 2023, p. 15).

Na área da educação os debates foram amplos desde a criação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), que garantiu o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, porém a inclusão da história e cultura indígena nos currículos não ocorreu, permanecendo o viés eurocêntrico no ensino de história. Após este momento, somente no ano de 2003 ocorreu uma modificação no currículo escolar com a criação da Lei nº 10.639 que altera a Lei nº 9.394, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Posteriormente, a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, alterou novamente a LDBN, trazendo a obrigatoriedade do ensino da temática afro-brasileira e indígena nos espaços de ensino públicos e privados na educação básica. Tais temáticas passaram a ser incorporadas nos currículos das universidades e das redes de ensino de Educação Básica. Na prática, infelizmente, não ocorreram mudanças significativas, pois, os docentes não receberam formação continuada, muitas instituições não trabalharam o eixo transversalmente e os problemas só aumentaram com a falta de políticas efetivas dentro deste segmento no que tange à fiscalização do cumprimento da legislação e do aumento de casos de racismo tanto no ambiente escolar quanto fora.

Pesquisas como a dos professores Wilma Coelho e Mauro Coelho⁶ nos mostraram o abismo entre o conteúdo ministrado e o concretizado no currículo, demonstrando o quanto

⁶ Para mais, consultar os seguintes trabalhos: COELHO&COELHO 2013, 2019, 2022, 2023.

estamos longe da situação ideal. Recentemente, em maio de 2024, o Ministério da Educação criou a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), com o objetivo de fortalecer ações e programas educacionais sobre relações étnico-raciais e a educação escolar quilombola. O que chamou atenção e acendeu um fio de esperança foram os sete eixos que comprometem os municípios participantes e asseguram a efetividade desse projeto, principalmente o segundo eixo que fara e realizará o diagnóstico e monitoramento da implementação da Lei nº 10.639/2003.

Currículo é poder e isto inclui disputas, lutas e posicionamentos políticos, como nos mostra Sacristán (2013):

Quando começamos a desvelar suas origens, suas implicações e os agentes envolvidos, os aspectos que o currículo condiciona e aqueles por ele condicionados, damos-nos conta de que nesse conceito se cruzam muitas dimensões que envolvem dilemas e situações perante os quais somos obrigados a nos posicionar (p. 16).

E tocando nesta vertente de posicionamento voltamos nosso olhar para a construção de um currículo decolonial, mostrando que a visão do colonizador deve ser desconstruída, pois o poder exercido pela visão que oprimiu as minorias dominou mentes e ficou impregnado por séculos. De acordo com Mignolo (2003), o imaginário do mundo moderno surgiu da articulação dominante que compactou ou dizimou as memórias, tradições, rituais e histórias de outros povos:

A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta. Se a cosmologia ocidental é um ponto de referência historicamente inevitável, as múltiplas confrontações de dois tipos de histórias locais desafiam dicotomias. A cosmologia cristã e a dos índios norte-americanos; a cristã e a ameríndia; a cristã e a islâmica; a cristã e a confuciana, entre outras, apenas encenam dicotomias quando consideradas uma a unia, não quando comparadas dentro dos limites geo-históricos do sistema colonial/moderno (Mignolo, 2003, p. 10).

A colonialidade teve o poder de excluir histórias e sulbaternizar minorias, mas, graças as lutas do movimento negro, indígena e tantos outros, podemos exercer trocas e construir pontes que nos ligam à ancestralidade, é possível levar outras perspectivas para a sala de aula para retirar a europa como ponto único de conhecimento e tecnologia. E assim somar forças para derrubar a branquitude de todos os espaços que estão ocupados indevidamente.

METODOLOGIA

Para desenvolvermos o produto educacional nos baseamos na metodologia Cartodiversidade desenvolvida pela professora Helena Rocha em sua dissertação de mestrado. Esta consiste em uma metodologia ativa “baseada na Cartemática, cunhada por Vaz (2018) e se propõe a promover a interdisciplinaridade entre a Arte e a Diversidade Etnicorracial, com o Movimento Afrofuturista, utilizando a obra Sankofia de Lu Ain-Zaila (2019)” (Rocha; Vaz 2021).

Iniciamos o trabalho pensando na diversidade étnica indígena presente na região amazônica e nos diferentes conhecimentos que poderiam ser abordados. O que nos motivou a seguir adiante foi o espelhamento no movimento do afrofuturismo que inspira lutas e torna futuros possíveis através da ancestralidade. E pensando no saber ancestral, percebemos que as ligações com o passado indígena na região amazônica ficaram às margens de uma escrita que detalhou os feitos do colonizador e apagou aqueles habitantes que estavam aqui antes de tudo ser narrado pelos cronistas em seus diários de viagem.

Desse modo, no decorrer do percurso das leituras teóricas fomos ruminando ideias e complementando conforme as pesquisas avançavam. Foi uma tarefa difícil montar uma narrativa dentro de uma história cristalizada, pois o discurso propagado por séculos é algo

poderoso e difícil de desconstruir. Entrelaçar caminhos dentro de outro movimento foi a melhor escolha para encontrar uma saída dentro da imensa teia do passado que oprime e constrói pontes sólidas quase impenetráveis.

O que encontramos hoje são vestígios da história na cultura material que pouco se conhece além das cerâmicas que são replicadas e produzidas para fins comerciais, ou ainda em exposições museológicas que perpetuam o discurso do colonizador, ou em boletins e revistas que a maioria da população não sabe da existência. O que nos inquietou foi justamente essas lacunas entre o passado e o presente, que podemos preencher através do conhecimento difundido no espaço escolar ou em qualquer outro espaço que o produto educacional possa ser levado.

Ao construirmos um produto educacional antirracista para lidar com a diversidade etnicorracial indígena em sala de aula consideramos que a transversalidade no trato com a diferença é um elo que conecta diferentes olhares e conceitos e a construção de um produto educacional com elementos antirracistas na perspectiva afrofuturista para o trato com saberes indígenas se torna possível partindo dessa idealização. Pensar nas misturas, trocas de saberes e desenvolvimento de tecnologias indígenas na Amazônia é mostrar a resistência de povos que coexistiram em um momento dominado pelo colonizador.

Desse modo pretendemos contribuir na melhoria do processo de ensino e aprendizagem sobre os saberes e conhecimentos indígenas na perspectiva decolonial na disciplina História partindo da desconstrução do discurso do colonizador e da quebra do ponto de vista eurocêntrico, mostrando a pluralidade étnica e a diversidade para além da branquitude. Levando em consideração que é possível trabalhar tais aspectos no currículo na disciplina de História porque temos legislações que obrigam um ensino com a transversalidade no trato com a diferença.

2.1 Fluxograma da Transposição Didática

Figura 1: Fluxograma da transposição didática

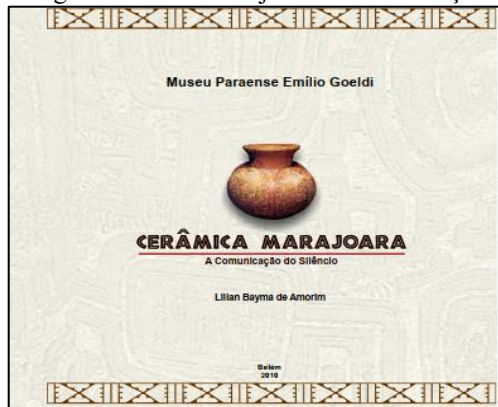


Fonte: Autoria própria, 2024 baseado em Rocha (2013).

Para a construção do fluxograma foi escolhido o catálogo “Cerâmica marajoara: a comunicação do silêncio”, 2010, da autora Lilian Bayma de Amorim (Fig.02), na qual encontra-se o saber a ser ensinado que corresponde a cultura material indígena marajoara. Na confecção do fluxograma utilizamos o site virtual Canva com versão gratuita e armazenamento de mídias online. O produto educacional “Caminhando pelo indigenismo” foi pensado para alunos do

nono ano do Ensino Fundamental anos finais como forma de introduzir uma prática que facilite e potencialize o processo de ensino e aprendizagem e complemente o conteúdo ministrado em sala de aula atendendo a legislação vigente do EREER transversalizando com o Afrofuturismo.

Figura 2: catálogo “Cerâmica marajoara: a comunicação do silêncio”.



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

O produto educacional “Caminhando pelo indigenismo” se configura em uma estratégia de ensino que trata sobre fatos que aconteceram e foram silenciados pela história do ocidente que tratava essas populações de forma subalternizada e não detentoras de conhecimentos e tecnologia. Para isto, é de fundamental importância envolvermos a interdisciplinaridade com a Língua portuguesa, Artes e Geografia, relacionando os assuntos e criando situações para que os alunos possam complementar seu aprendizado de forma conectada.

Como apoio para a transposição didática buscamos a pesquisa da professora Helena Rocha (2019), na qual nos debruçamos para a materialização deste trabalho, o que possibilitou construir estratégias e ampliar os horizontes para a transversalização do conteúdo, aliando isto ao baixo custo construímos um produto educacional que utilizou no seu protótipo: um dado de plástico, um tabuleiro de papelão coberto com papel cartão amarelo, dois peões de tampinha de refrigerante e vinte cartas de papelão e papel A4. Na versão final foram realizadas algumas melhorias, como: mudança de papelão para madeira no tabuleiro, impressão do design do jogo e das cartas em papel fotográfico Glossy.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entrelaçando perspectivas indígenas com o afrofuturismo

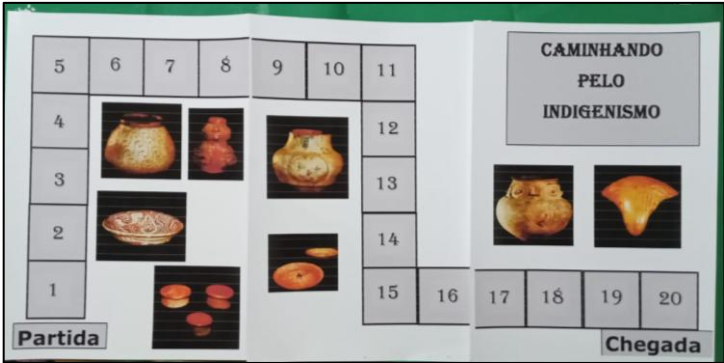
Para trabalhar em sala de aula os saberes indígenas na perspectiva afrofuturista no combate ao racismo, foi desenvolvido, e posteriormente executado, o produto educacional de tabuleiro “caminhando pelo indigenismo” composto por cartas contendo perguntas e respostas sobre o passado indígena marajoara.

Através da amplitude, diálogo com espaços onde as minorias foram apagadas da história e poder da representatividade negra que o movimento do afrofuturismo possui, consideramos ser possível entrelaçar forças dentro da questão indígena com as principais características afrofuturistas citadas no trabalho de Rocha e Vaz (2021): Futuro possível, empoderamento, tecnologia, ancestralidade e autonomia. Cabe ressaltar que o conteúdo de todas as cartas, perguntas e respostas, foram pensados dentro das perspectivas e características do afrofuturismo.

Com a ancestralidade é possível buscar no passado ligação com o que temos no presente, citando exemplos no que temos de herança hoje, e isso pode demonstrar um futuro possível através da construção de um material tecnológico inédito que pretende motivar os alunos colocando-os dentro da narrativa do jogo como protagonistas que movem cada peça e podem

ter autonomia no processo de aprendizagem, o que poderá suscitar desafios na resolução das perguntas e construir pontes para desconstruir preconceitos.

Figura 3: O produto educacional

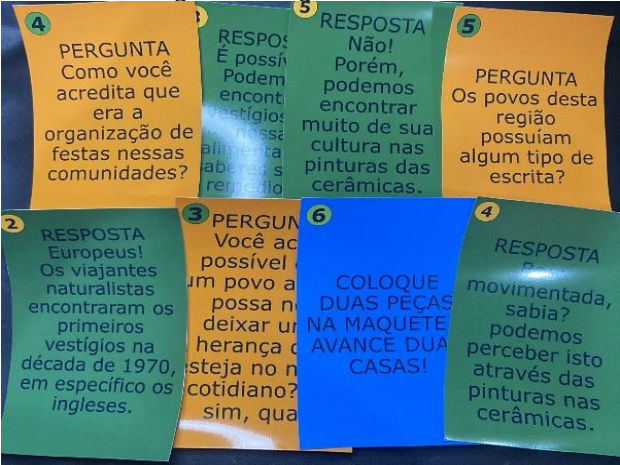


Fonte: Arquivo da autora, 2024.

Inicialmente construímos um protótipo do produto educacional produzido com materiais que conseguimos de doação e reaproveitamento para realizarmos testes, e posteriormente construímos a versão final em um aplicativo virtual para imprimir na melhor qualidade que consiste em: um dado de plástico, 40 cartas produzidas no powerpoint de tamanho 12cm x 18cm, impressas em papel fotográfico Glossy e estas consistem em sete cartas coringas que possibilitam o jogador avançar duas casas no tabuleiro e treze cartas contendo perguntas e respostas sobre as populações indígenas do Marajó e sobre os eixos transversais.

O produto educacional também conta com dois peões no formato de cone, e a versão final do tabuleiro (34x50) confeccionada em madeira do tipo formica laminada com papel adesivo na parte superior contendo o desenho do número das casas e figuras que representam a cultura material indígena marajoara. E por fim, a história a ser contada após a finalização da montagem da maquete foi confeccionada no site Canva e impressa em papel fotográfico Glossy.

Figura 4: fotografia das cartas



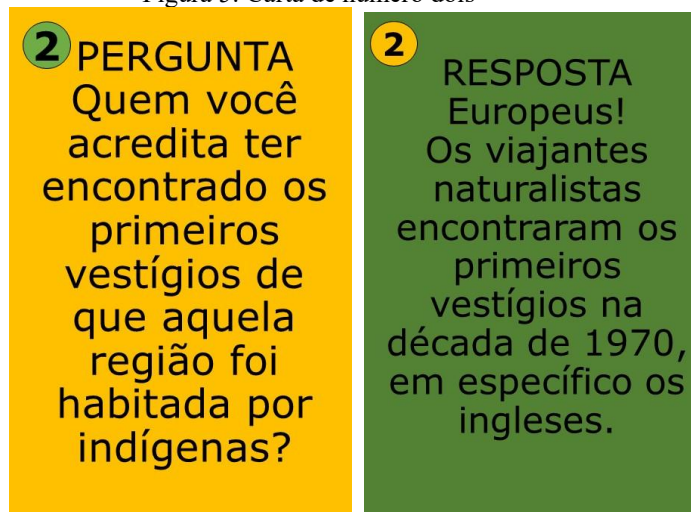
Fonte: Arquivo da autora, 2024.

Produto educacional antirracista indígena na perspectiva afrofuturista

A transversalidade no trato com a diferença é um elo que conecta diferentes olhares e conceitos e a construção de um produto educacional com elementos antirracistas na perspectiva afrofuturista para o trato com saberes indígenas se torna possível partindo dessa idealização. Pensar nas misturas, trocas de saberes e desenvolvimento de tecnologias entre africanos e indígenas na Amazônia é mostrar a resistência de povos que coexistiram em um momento dominado pelo colonizador.

Um exemplo disto dentro do produto educacional é a carta de número dois (Figura cinco) que busca introduzir o colonizador como o agente que “descobriu” os artefatos, e a partir disto, com as respostas, inserir questionamentos deste olhar visto de cima, de uma história construída pela branquitude que muitas vezes silenciou uma cultura porque esta não tinha uma língua escrita. A partir das lutas do afrofuturismo pela ocupação de diferentes espaços e por retirar do centro a atenção da história ocidental, buscou-se trilhar semelhante caminho na questão indígena, mostrando que a história indígena foi escrita por europeus e que atualmente esse ponto de vista está sendo desconstruído em diferentes espaços.

Figura 5: Carta de número dois



Fonte: arquivo da autora, 2024.

Todas as cartas foram idealizadas levando em consideração um possível levantamento de inquietações por parte dos alunos, tanto de questões do passado como: tecnologia em pintura, cerâmica e esculturas; quanto em questões do presente como: por que isto não está em todos os livros didáticos de história? Os desenhos (grafismos) nos ônibus significam o que? E partindo disto, buscamos conectar olhares, saberes, desconstruir preconceitos e levar adiante o conhecimento obtido em sala através do produto educacional.

Ensino-aprendizagem de saberes indígenas na perspectiva Decolonial

O produto educacional foi construído a partir da desconstrução do discurso do colonizador e da quebra do ponto de vista eurocêntrico, apontando a pluralidade étnica e a diversidade para além da branquitude. Levando em consideração que é possível trabalhar tais aspectos no currículo na disciplina de história porque temos legislações que obrigam um ensino transversalizado no trato com a diferença.

A narrativa da trilha do produto educacional leva os alunos por um caminho descentralizado do ponto de vista do colonizador europeu que buscou dominar as narrativas e colocar seu ponto de vista ao passo de subalternizar ideologias e torna-se um ponto de referência historicamente inevitável, como pontuou o conceito de Walter Mignolo (2003) sobre a Colonialidade do poder que compactou ou dizimou as memórias, tradições, rituais e histórias de outros povos.

Desse modo, procurou-se mostrar uma sociedade que foi detentora de muitos saberes, que dominou tecnologias, que tinha um sistema de hierarquia e um rico conhecimento que podemos perceber através da cultura material que demonstramos nas imagens contidas no tabuleiro. Para isso, levou-se em consideração o catálogo do museu, mencionado anteriormente,

o qual os alunos visualizaram uma parte do acervo que foi coletado por pesquisadores e que está disponível para visitação, mediante agendamento, no museu.

Figura 6: Alunos observando as imagens.



Fonte: arquivo da autora, 2024.

Após a finalização do produto educacional, aplicamos um questionário com três perguntas: O que você achou do jogo? Você obteve algum conhecimento novo, e sim qual? Você indicaria este jogo para outra pessoa? Na primeira pergunta oito responderam que gostaram do jogo porque conheceram coisas novas, e dois responderam que não gostaram porque continha muitas perguntas. Na segunda pergunta todos afirmaram obter novos conhecimentos e dois complementaram que não sabiam sobre as cerâmicas e nem sobre os enterramentos. Na terceira pergunta, oito alunos responderam que indicariam o produto educacional porque consideraram ser importante saber sobre o passado dos habitantes para entender melhor e respeitar os indígenas e suas comunidades, e dois alunos responderam que o produto educacional é cansativo porque tem muitas perguntas e não indicariam para ninguém.

Os resultados obtidos foram satisfatórios na medida em que nos inspira a melhorar aspectos que o tornaram “cansativo” e nos mostra a importância de atividades lúdicas no ambiente educacional para potencializar o aprendizado, assim como, a decolonialidade de assuntos que devem ser mostrados sob diferentes perspectivas para que o discurso do colonizador seja desmascarado e a conexão com a ancestralidade possa despertar. A troca de conhecimentos e o aprendizado sobre a cultura indígena através da perspectiva afrofuturista contribuíram para a formação dos alunos como cidadãos e no combate a estereótipos que estes carregavam desde sua infância com o discurso carregado de preconceitos sobre a cultura indígena.

Na aplicação do produto foi possível perceber o interesse dos alunos em conhecer a narrativa que não está nos livros: o passado de uma região repleta de cultura material e tecnologia ancestral. Notou-se também características afrofuturísticas como: futuro possível através da imaginação do passado da região e projeção de um futuro em que a cultura indígena permeia pelos espaços nos saberes da cultura material como pulseiras e brincos de sementes/miçangas; gerou questionamentos do presente em relação ao conhecimento do passado que foi descrito pelo discurso do colonizador; empoderamento com a conscientização de que o combate ao racismo contra a cultura indígena é necessário na medida em que alguns alunos acreditavam que “indio não sabe fazer nada, não tem cultura, não produz nada pra sociedade, nem faz parte da nossa sociedade”, e que após a aplicação do produto educacional tiveram uma nova visão sobre a cultura indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate ao racismo em sala de aula é um desafio que precisa ser enfrentado cada vez mais, seja com metodologias ativas ou com palestras, contando que este debate aconteça ao longo de todo ano no calendário escolar. Pensar em estratégias interdisciplinares para incluir esta temática é recompensante quando paramos para pensar na diferença que cada aluno pode levar adiante por toda a vida através de um aprendizado conectado e eficaz.

O afrofuturismo conectado às questões indígenas é um exemplo de que a diversidade pode ultrapassar fronteiras e proporcionar aprendizados, experiências criativas e conteúdos multidisciplinares. É válido notar que existem outras áreas que auxiliaram nesta criação de material didático, como a Língua portuguesa, Artes e Geografia, e outras que ocultamente estão trabalhando de forma “invisível” como a Arqueologia e a Antropologia.

Ao planejarmos este trabalho contamos com diferentes desafios criativos, principalmente na escolha dos materiais a serem utilizados e quais disciplinas poderiam auxiliar na construção. Outro ponto foi a transposição didática, pois, os conteúdos científicos são compostos de uma linguagem formal e com explicações amplas, ao colocar estas questões no produto educacional é necessário trazer todos os ensinamentos sem perder os sentidos iniciais propostos.

No primeiro teste consideramos que a experiência foi satisfatória e eficaz, pois, todo o conteúdo planejado foi executado sem problemas e os materiais escolhidos funcionaram perfeitamente sem quebras, rasuras, dificuldades na leitura pelo tamanho da letra, etc. O que chamou atenção foi o número de desistências de alunos na turma em que realizamos o trabalho: um total de vinte e cinco. Os motivos das desistências foram diversos, segundo os alunos que continuaram, mas, o que predominou foi a desistência por motivo de vínculo empregatício. Um fator lamentável e comum entre as outras turmas que visitamos na instituição.

No teste final podemos perceber o interesse dos alunos e a participação em todos os momentos da atividade. A quebra da linha de conhecimento teórico para o prático é fundamental para um melhor aprendizado, e visualizamos isto na aplicação do produto educacional. Também percebemos a complementação do saber ensinado e o saber dos alunos, quando estes fizeram associações com seu cotidiano e nos repassaram conexões com diversas disciplinas já estudadas.

Esta experiência em sala juntamente com a leitura dos questionários foi de extrema importância para percebermos que os alunos se interessaram pelo conteúdo e gostaram do diálogo com o passado que não está distante de suas realidades. Depois de um panorama do que foi a região amazônica e do que as populações faziam, nos deixaram e os traços que influenciam na atualidade, muitas perguntas vieram à tona e conexões foram surgindo através de ligações com grafismos, paisagens, museus, filmes e artistas.

Com um resultado positivo da participação e motivação dos alunos conseguimos responder as questões norteadoras da pesquisa: Como trabalhar em sala de aula os saberes indígenas na perspectiva afrofuturista no combate ao racismo? É possível um produto educacional conter elementos antirracistas na perspectiva afrofuturista para o trato com saberes indígenas? Como um produto educacional pode contribuir para o processo ensino-aprendizagem de saberes indígenas na perspectiva decolonial?

A primeira pergunta foi atingida na medida em que o produto educacional conseguiu alcançar o objetivo principal proposto que é o combate ao racismo contra indígenas, desconstruindo a visão do colonizador e mostrando um outro lado da história não contada pela branquitude de maneira lúdica, didática e eficaz. A segunda pergunta também foi sanada quando despertamos novos pensamentos e proporcionamos novos saberes sobre indígenas e africanos na Amazônia, mostrando as misturas de conhecimentos, trocas de saberes e desenvolvimento de tecnologias, e abordando a resistência de povos que coexistiram em um momento dominado pelo colonizador. A terceira pergunta foi cumprida quando desconstruímos o discurso do

colonizador e o ponto de vista eurocêntrico, mostrando a pluralidade étnica e a diversidade para além da branquitude, mostrando a história a partir do ponto de vista dos oprimidos, proporcionando um ensino transversalizado no trato com as diferenças.

Com isso, podemos concluir que a interatividade e os estímulos que ligam os participantes com a sua realidade local foram fundamentais para uma aplicabilidade positiva do produto educacional. E que os entrelaçamentos de diversos conceitos e disciplinas são fundamentais para melhorar e ampliar os ensinamentos para os alunos, tornando a concretização da legislação possível e formando cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Assim, trabalhamos a desconstrução do discurso do colonizador e a quebra do ponto de vista eurocêntrico, mostrando que a pluralidade étnica e a diversidade vão além do que a branquitude ditou ser cultura, etnia e marcos dentro de nossa história.

REFERÊNCIAS

COSTA, Bruno José Ferreira Da; TENÓRIO, Thaís; TENÓRIO, André. A Educação Matemática no Contexto da Etnomatemática Indígena Xavante: um jogo de probabilidade condicional. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 28, n. 50, p. 1095-1116, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/CfnrZrtzFHvP8BWbsvMQrcr/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 de novembro de 2024.

DIAS, Nathaly de Moraes. A ficção afrofuturista na educação decolonial brasileira. **Cadernos de Clio**, Curitiba, v. 11, nº. 2, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355921565_A_ficcao_afrofuturista_na_educacao_d_ecolonial_brasileira. Acesso em 09 de dezembro de 2024.

ERNESTO, Luciene “Lu Ain-Zaila” Marcelino. Afrofuturismo: O espelhamento negro que nos interessa. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/41943>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

FARIAS, Marcela Sarah Filgueiras de; MENDONÇA, Andréa Pereira. **Concepção de produtos educacionais para um mestrado profissional**. Disponível em: <http://mpet.ifam.edu.br/>. Acesso em 12 de outubro de 2024.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais/projetos Locais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. Novas reflexões sobre a “idéia da américa latina”: a direita, a esquerda e a opção decolonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 239-252, Mai/ago. 2008.

PACHECO, Agenor Sarraf. Cosmologias afroindígenas na Amazônia marajoara. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, pp. 197-226, jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10219>. Acesso em 15 de outubro de 2024.

PACHECO, Agenor Sarraf. Afroindigenismo por Escrito na Amazônia. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. 03, ed. especial, dez., 2017, artigo nº 645 | relacult.claec.org | e-ISSN: 2525-7870. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/645>. Acesso em 15 de outubro de 2024.

ROCHA, Helena do Socorro Campos da (org.). **Práticas educacionais criativas para a diversidade etnicorracial na formação de professores de ciências biológicas, geografia, língua portuguesa e química**. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Diversidades – IFPA CAMPUS Belém, 2019. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585115>. Acesso em 20 de outubro de 2024.

ROCHA, Helena do Socorro Campos da. **Afrofuturismo na educação: criatividade e inovação** para discutir a diversidade etnicorracial. UFPA. Belém, 2020.

ROCHA, Helena do Socorro Campos da; VAZ, Cristina Lúcia Dias. Afrofuturismo na educação: o caso da metodologia ativa cartodiversidade. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1036-1059, jul./set. 2021. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – PUC-SP. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e Incertezas Sobre o Currículo**. Penso Editora. jul., 2013.

SOUZA & RODRIGUES; Rosemeire de Oliveira; Sonia da Silva. **Lei nº 11.645/2008 – Vivências e Práticas**. In: **Ensino de História Indígena na sala de aula: repensando práticas e metodologias**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 212p. 16 x 23 cm.